

Podcast Direitos Humanos no Brasil – episódio 6

Transcrição

Música

Daniela Stefano: Olá, bom ter você aqui! Eu sou Dani Stefano e apresento o podcast que celebra os 25 anos da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Também comemoramos 25 anos da publicação do livro Direitos Humanos no Brasil. As pessoas que fazem parte desta história compartilham memórias e análises sobre diversos temas em relação à defesa de direitos e à construção de justiça social no Brasil.

VINHETA DE ABERTURA

Maria Fernanda Marcelino: A gente tem se organizado por eixos. Um dos eixos dialoga com o tema da natureza, da desmilitarização. A gente reflete a invasão das empresas transnacionais nos territórios via mineração, via eólicas ou as energias que supostamente são sustentáveis, mas você imaginar o que são as eólicas no território das mulheres. Elas dizem que aqueles ventiladores gigantes que ensurdecem, que impedem que as mulheres plantem, que antes tinham ruas tranquilas e agora passam caminhões com aquelas paz gigantes, que você não pode circular, a poeira, as casas rachando e essa energia vai para quem?

Daiane Höhn: As mulheres compõem o Movimento dos Atingidos por Barragens. Então nós somos parte dessa organização que é nacional, que tem 34 anos de história. Mas a partir dessa identificação de que nós somos um público especial porque somos atingidas de uma forma mais grave, precisamos nos organizar, precisamos reivindicar.

Música

Dani: Maria Fernanda Marcelino, integrante da SempreViva Organização Feminista e Daiane Höhn, da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens são as entrevistadas do episódio #6 do podcast Direitos Humanos no Brasil.

Música

Dani: Daiane Höhn faz parte da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens

Daiane: São 34 anos de organização das populações atingidas no Brasil. A luta segue sendo por reconhecimento das populações e pela busca dos direitos historicamente negados. Tem um padrão nacional de violação de direitos humanos e que infelizmente, está em todo o Brasil. A Comissão Mundial de Barragens, no início dos anos 2000 construiu um relatório que ela dizia que, aqui no Brasil de cada 10 pessoas atingidas sete não recebiam nenhum nível de indenização. A gente ainda considera que esse padrão de violação de direitos humanos permanece no Brasil.

Dani: Daiane já contribuiu com a organização das famílias atingidas pela construção de hidrelétricas como Tucuruí e Belo Monte no estado do Pará.

Daiane: As duas usinas foram feitas em momentos diferentes na história. Tucuruí. no início dos anos 70, finalizou em 80, o nosso país vivia na época da ditadura, não existia nenhum nível de diálogo com as populações. Belo Monte já foi então no período democrático, nos anos 2000 inclusive na época do governo progressista, mas seguiu também tendo inúmeras violações, sem a participação das famílias. A negação dos direitos esteve presente tanto Belo Monte e Tucuruí segue ainda até hoje. A energia que é gerada tanto em Tucuruí que vai abastecer as grandes multinacionais ao norte e a energia de Belo Monte não é para atender a população da amazônia não é para atender o povo do Pará, inclusive a energia no caso do Pará, com duas grandes usinas, é a energia mais cara do Brasil, hoje. Não tem esse interesse de atender as populações, o povo brasileiro, em especial porque a energia não baixou por causa da construção dessas obras, e muito menos quem deixa as suas casas deixa as suas terras.

Dani: O MAB atua também na defesa e organização das populações atingidas por rompimentos de barragens como em Minas Gerais, nos casos de Mariana, em 2015 e Brumadinho em 2019. Como que o MAB atua para que as mineradoras sejam responsabilizadas por estes crimes?

Daiane: Nós temos feito inúmeras denúncias. Porque as empresas não querem se responsabilizar pelos crimes. A gente tem feito duas denúncias em cortes internacionais. Uma na Corte Interamericana de Direitos Humanos que não visa indenização, mas sim a responsabilização das empresas e outra na corte de Londres, que daí sim para julgar a BHP e a Billiton visando então a indenização das famílias. Então, hoje como essas famílias estão adoecidas mentalmente, fisicamente, então toda população tem sido altamente contaminada pelos resíduos de mineração. Não conseguem mais pescar, não conseguem mais produzir na terra, foram extremamente atingidas e a gente tem visto pouca ação efetiva das empresas para recompor esse modo de vida.

Música

Daiane: As empresas têm divulgado que já indenizaram 100 mil pessoas com valores entre 23 mil e 200 mil. Isso não reconstrói a vida das famílias. Foi 1 milhão de pessoas atingidas em toda a bacia. Então está muito aquém do esperado e do necessário para recompor. A gente precisa de ações estruturantes coordenadas também pelo Estado para garantir que elas se efetivem, mas exigindo a participação da população que é atingida. Acho que é um grande clamor da população atingida é ser ouvida. Ajudar a conduzir o que vai ser das suas vidas e ajudar a propor qual é a política que vai melhorar. Seja pescador, seja agricultor, seja todas as populações atingidas nas duas bacias. Acho que a participação popular é algo que ainda exige muito esforço e que nós estamos lutando e brigando e exigindo isso em todos os momentos. E essa é a nossa tarefa de continuar denunciando, o que está acontecendo e exigir que o Estado ajude, que os programas sejam efetivados e que cheguem de fato até as famílias para recompor suas formas e meios de vida.

Música

Dani: Recentemente, o movimento incorporou o tema das catástrofes climáticas como as enchentes em São Sebastião, aqui no litoral de São Paulo e também no Rio Grande do Sul. Quais são os principais desafios para a reconstrução da vida dessas pessoas?

Daiane: A gente aponta cinco grandes desafios em ambos os casos, tanto em São Sebastião e no Rio Grande do Sul. O primeiro é o estado assumir a responsabilidade e ter um plano de prevenção para que eventos da crise climática não voltem a ocorrer. Ambos os estados ainda não têm esse plano de prevenção. Um segundo grande desafio tem a ver com a participação popular para pensar as decisões, onde as famílias ajudem a decidir o rumo das suas vidas depois do acontecido dos dois casos, um terceiro desafio tem a ver com o estudo das novas áreas de risco. Inclusive existem já estudos que falam em 10 milhões de famílias que vivem no Brasil em áreas de risco. A questão da segurança das populações a nível nacional, Um quarto desafio tem sido uma política então de direitos dessas populações que foram atingidas, que foram remanejadas, que precisam voltar à sua rotina normal e para isso exige programas de habitação, de educação, de realocação, de geração de renda. Então se elas já tinham vulnerabilidades econômicas sociais antes, com os eventos da crise climáticas isso se acentua.

Música

Daiane: Porque é uma questão básica de reparação. Cem mil casas que foram destruídas. 90% de municípios do Rio Grande do Sul foram atingidos pela cheia e tem um investimento sendo feito. Só que essa questão da moradia está muito lenta porque do montante que foi disponibilizado até agora do governo federal para os municípios, só 6% foi aplicado. Se a gente continuar nesse ritmo, vai ser levado 15 anos para que as famílias que perderam suas casas sejam recolocadas nas casas, mas não é só recolocadas nas casas: qual é a qualidade dessas casas, qual é o convívio comunitário que essas famílias vão ter. Muitos atingidos têm medo de perder o quintal, de perder o vínculo que eles tinham ou com a terra ou com a vizinhança. Mas tem que ser um local que não tenha mais cheias, um local que permita que as famílias tenham um ambiente de convívio familiar comunitário, um local que permita que as pessoas possam se alimentar porque a fome tem sido uma questão importante para as famílias atingidas, para os agricultores, para as famílias urbanas, que perderam tudo inclusive sua fonte de renda. Então a questão da moradia, da alimentação, da questão do adoecimento mental, as famílias têm sofrido muito com isso, quando escutam a chuva e os trovões já têm medo de que vão perder de novo tudo então não conseguem dormir.

Música

Daiane: Além disso, os atingidos não têm informação acerca dos direitos, e isso é uma questão muito importante porque muitas famílias não são reconhecidas como atingidas. Ao não ser reconhecidas, elas não têm o direito à nova moradia. Não têm direito à reconstrução da sua vida. Então continuam em abrigos, muitas famílias voltaram para as suas antigas casas nas áreas de risco, para as casas que já foram destruídas porque não sabem o futuro.

Música

Dani: Daiane como educadora popular, você tem se dedicado aos coletivos nacionais de formação e de mulheres do MAB.

Daiane: As mulheres, dentre a população atingida, são as mais atingidas e encontram maiores obstáculos para a recomposição dos seus meios e modos de vida. Elas não tem sido consideradas em suas especificidades e dificuldades particulares. A gente identificou alguns eixos dessas violações. Então

por exemplo, no mundo do trabalho, quando não reconhece o trabalho das mulheres tanto reprodutivo quanto o trabalho no campo, o próprio trabalho urbano gerador de renda. As exigências das mulheres não são reconhecidas, inclusive como atingidas ou a própria criminalização, ameaças, que muitas lideranças em especial as mulheres por se colocar na luta têm sofrido. A gente também tem identificado no eixo das relações com as empresas a coação e o assédio que as empresas fazem com as mulheres.

Dani: Como o MAB trabalha de forma mais específica na organização das mulheres que sofrem com todos esses impactos que você já mencionou?

Daiane: As mulheres compõem o Movimento dos Atingidos por Barragens. Somos parte dessa organização que é nacional que tem 34 anos de história. Mas a partir dessa identificação de que nós somos um público especial porque somos atingidas de uma forma mais grave, precisamos nos organizar, precisamos reivindicar. São as mulheres que estão à frente do trabalho, estão à frente das lutas estão à frente das comunidades para exigir e ao mesmo tempo tem sido negado essa possibilidade, então essa invisibilização do protagonismo das mulheres a gente sente sim, mas temos atuado temos nos organizados pra garantir direitos para as mulheres

Música

Daiane: O poder das arpilleras é isso: o poder de expresso nessa produção que é coletiva. As mulheres conseguem visibilizar, a partir das arpilleras, aquilo que é invisibilizado. É uma metodologia popular, coletiva e que a gente consegue dialogar: é denúncia e é anúncio dos impactos que as barragens, a questão dos crimes, agora os eventos da questão climática a gente consegue traduzir. Mas a gente consegue também tratar da opressão, da exploração do modelo capitalista, patriarcal, que é agravado pelo modelo energético. É muito interessante porque a gente desenha e depois a gente vai então escolher os tecidos, as linhas, as cores e as formas que vão dar o tom e a mensagem que a gente quer produzir. Uma vai recortando os tecidos, a outra vai distribuindo os elementos, colocando os alfinetes, distribuindo onde que fica cada elemento a outra vai fazendo uma boneca, outra vai fazendo os diversos os símbolos, as casas, os rios, então coletivamente uma vai bordando já vai dando alinhavo vai dando ponto no tecido e coletivamente, a obra é construída.

Música

Daiane: As arpilleras são uma linguagem têxtil, uma linguagem visual, mas é também uma expressão artística coletiva. Que atravessa fronteiras que consegue se comunicar com um público muito grande, a arte expressa nessas peças, ela traduz luta, resistência e resiliência. A gente tem certeza que a gente consegue ali tecer as nossas reivindicações. A gente consegue dialogar com a sociedade. A partir desse instrumento que é sensível, que é belo, trazer temas profundos, trazer temas fortes trazer temas inclusive que são pesados em muitos casos é um desafio. É uma linguagem que mexe com o universo das mulheres.

Dani: A exposição “Mulheres Atingidas por Barragens: bordando direitos” está em cartaz no MASP, em São Paulo até 03 de agosto de 2025. Essa mostra reúne 34 telas bordadas com a técnica das arpilleras do coletivo nacional de mulheres do MAB.

Daiane: Então chegar ao MASP para nós, é um momento muito importante das mulheres atingidas. Desde 2013 que a gente vem construindo peças e estar no maior museu brasileiro e um dos maiores da América Latina é dialogar com um público que a gente não teria possibilidade em outros espaços. Então saber desse reconhecimento dessa importância que é estar no MASP. e dessa importância de poder levar a mensagem das mulheres atingidas é diálogo, é luta, é reivindicação e é afirmação de que nós somos as sujeitas que constroem uma história, que estamos apontando os rumos que a gente quer para esse país. Eu acho que é projeto de sociedade. É projeto para as mulheres. É construção do feminismo, de um mundo melhor para mulheres, para homens, para as crianças, mas é a afirmação de que as mulheres não são mercadoria e que nós temos que construir o feminismo popular.

Música

Dani: Você está ouvindo Direitos Humanos no Brasil, um podcast em comemoração aos 25 anos da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. A 25ª edição do livro Direitos Humanos no Brasil já está disponível e pode ser lida e baixada em www.social.org.br.

Música

Dani: A historiadora Maria Fernanda Marcelino é integrante da SOF, Sempre viva Organização Feminista e militante da Marcha Mundial das Mulheres. A sof é uma organização que atua desde os anos 1980 com feminismo e movimentos sociais para a transformação social. Maria Fernanda como a SOF se articula com outros movimentos através da questão feminista?

Maria Fernanda: A SOF é uma ONG que oferece formação feminista para grupos de mulheres ou grupos mistos que tem auto-organização das mulheres. Por exemplo Secretaria de mulheres da CUT ou Secretaria de mulheres da CMP. Então nós nos articulamos a partir desse lugar, de ser uma organização feminista que oferece formação política feminista, ou também através da Marcha Mundial das Mulheres, porque a SOF é secretaria nacional da Marcha Mundial das Mulheres.

Dani: A SOF também tem construído parcerias com movimentos populares entre territórios rurais e urbanos a partir da agroecologia. Como é que tem sido esse trabalho?

Maria Fernanda: Então essa é uma articulação muito importante que a gente prioriza bastante e porque também nós queremos a reforma agrária. Nós queremos que essa concentração de terras que existe no Brasil deixe de existir. A gente quer comida no prato sem veneno. Nós queremos também ter cidades que tenham espaços verdes e que não seja tão verticalizada. Então essa é uma luta a curto, médio e longo prazo que a gente estabelece junto com os movimentos rurais e os urbanos também. Como exemplo, a gente pode dizer do grupo de consumo que a gente alimenta, dos vários grupos de São Paulo. Então a produção das mulheres sobe a serra. Comida sem veneno. A gente sabe quem produz, a gente conhece vem a etiqueta no saquinho dos temperos da dona Isaudite, o fitoterápico. Então para nós é um prazer e uma alegria, e mais que isso, um elo de confiança entre as mulheres da roça e as mulheres da cidade, e homens também.

Música

Maria Fernanda: A primeira coisa é você gerar renda a partir do trabalho que as mulheres fazem nos quintais produtivos, nas roças, nas pequenas criações. É fundamental para que as mulheres tenham autonomia econômica, social, política. Esse fortalecimento da autonomia é econômico, mas é também territorial de articulação com outros grupos lá no território para enfrentar, elas dizem, da violência que é os parques, que foram instituídos desconsiderando a presença de quilombos, de ribeirinhas que já estavam naquele território. Então elas falam “tirem o parque de cima de nós, porque a gente preserva”. Com o parque elas não podem plantar. Elas não podem fazer um conjunto de coisas, então fortalecê-las é fundamental para que a gente siga tendo mata atlântica para que a gente siga tendo água e comida sem veneno, sempre.

Música

Dani: A SOF é uma das organizações fundadoras da Marcha Mundial das Mulheres. Quais são os principais temas dessa articulação internacional?

Maria Fernanda: A cada cinco anos, a marcha mundial das mulheres faz uma ação internacional unificada. Nós queremos o bem viver mas também nós denunciemos a guerra e a ação das transnacionais. Nosso slogan é marchamos contra as guerras e o capitalismo, defendemos a soberania dos povos e o bem viver.

Música

Maria Fernanda: A gente tem se organizado por eixos. Um dos eixos dialoga com o tema da natureza, da desmilitarização. A gente reflete a invasão das empresas transnacionais nos territórios via mineração, via eólicas ou as energias que supostamente são sustentáveis, mas você imaginar o que são as eólicas no território das mulheres. Elas dizem que aqueles ventiladores gigantes que ensurdecem, que impedem que as mulheres plantem, que antes tinham ruas tranquilas e agora passam caminhões com aquelas paz gigantes, que você não pode circular, a poeira, as casas rachando e essa energia vai para quem? A guerra que as mulheres enfrentam aqui para manter os filhos vivos, longe da polícia, longe do tráfico ou as mulheres sírias que enfrentam lá o domínio de Marrocos, ou as mulheres palestinas que vivem nesse genocídio brutal. Então o tema da militarização é muito forte. Ou do corpo e da sexualidade, da autonomia, a gente debate o aborto e as questões ligadas à sexualidade. Economia feminista, economia solidária como uma ferramenta para a gente ampliar o que é noção de trabalho, incorporar o trabalho reprodutivo que é feito pelas mulheres, mas que também nós queremos que esse trabalho seja repartido com o Estado e com os homens, que nós não podemos esquecer que o patriarcado tem um sujeito político.

Música

Maria Fernanda: Então a gente tem essa naturalização da violência contra as mulheres, que é um negócio brutal. Em outubro nós vamos fazer uma ação pública que vai atuar para que tenha debate, para que tenha feira de economia feminista e solidária para que tenha uma cultura feminista ativa, debates e denúncias do fechamento do serviço de aborto legal dos feminicídios que a gente escuta e sabe diariamente são quatro cinco mulheres por dia que são assassinadas. Então a gente denuncia essa ação capitalista que é patriarcal e a gente também reivindica o mundo que nós queremos, o mundo do

bem viver, de harmonia com a natureza, de uma relação de respeito entre os seres vivos, não só a humanidade, mas entre todos os seres vivos e a natureza. Então é uma ação que a gente denuncia e anuncia também.

Música

Dani: Como a SOF avalia os desafios deste contexto atual de conservadorismo e ataque aos direitos das mulheres

Maria Fernanda: É um risco para as mulheres porque reivindica o retorno das mulheres a um lugar de submissão, reivindica o silêncio em nome de uma família heteropatriarcal, no momento que a gente sabe que existem muitos modelos de família e família é o primeiro lugar de opressão que uma mulher vive. Então a gente quer uma sociedade que o cuidado com seres humanos não dependa só das mulheres e que a nossa sexualidade não seja pautada por interesses econômicos, interesses militares e outros interesses que não tem nada a ver com o bem-estar ou com o futuro. A gente vê os robôs, as fake news. A construção dessas masculinidades extremamente violentas, reacionárias para justamente atacar o feminismo que reaparece no cenário nacional e mundial como um lugar de transformação real de reivindicação de mudanças muito fortes.

Música

Maria Fernanda: Todas as mulheres sentem na prática o que é a ação do machismo e do patriarcado. Quantos feminicidas estão julgados e condenados? Pouquíssimos. Então, a gente segue se articulando e promovendo formação e discutindo e denunciando. A marcha mundial das mulheres, por exemplo, aposta na auto organização das mulheres. O que isso significa? Significa que, mesmo em um sindicato super atuante de esquerda, progressista é necessário que as mulheres tenham um espaço de auto-organização onde reflitam, onde pensem estratégias de fortalecimento.

Dani: A importância do feminismo popular para avançar na luta por direitos das mulheres e das populações impactadas pela construção de barragens, crimes ambientais e crise climática foram temas deste sexto episódio de Direitos Humanos no Brasil. Conversamos com Daiane Höhn, da coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens e com Maria Fernanda Marcelino, integrante da Sempre Viva Organização Feminista e da Marcha Mundial das Mulheres.

Música

Dani: O podcast Direitos Humanos no Brasil é apresentado e produzido por Daniela Stefano. Música e mixagem de áudio: Luiz Mendonça. Narração da abertura e encerramento: Sergio Marone (Movimento Humanos por Direitos). Arte: Fábio Carvalho. Mídias sociais: Ana Rosa Carrara. Coordenação: Maria Luisa Mendonça. Um abraço solidário e até o próximo episódio.

Vinheta de encerramento